De novo?

A percepção de que o Brasil ainda é um país vulnerável está de volta. E por obra do Comitê de Política Monetária do Banco Central, que na semana passada divulgou a ata de sua última reunião com um cenário alarmista sobre a inflação.

Efeito colateral

O efeito colateral da ata ainda se fez sentir ontem, quatro dias depois de os investidores lerem aquela estranha peça de análise da economia brasileira. O mercado seguiu intranqüilo, e o risco do país e o dólar tiveram em alta forte. A Bovespa voltou a cair.

Enganos

Se o BC, com a ata do Copom, quis mostrar-se um xerife atento aos preços, frustrou-se: a convicção que ficou é a de que a inflação está de volta.

Mais enganos

Da mesma forma, se o objetivo do BC, ao realizar leilões de compra de dólar no dia em que a moeda subia — quarta e quinta passadas –, era mostrar que nada tinha mudado, apenas mostrou que algo tinha mudado, sim.

Conseqüências

Foi por conta disso que, ontem, o mercado financeiro reagiu mal às análises da agência de classificação de risco Standard & Poor's sobre os países emergentes. Embora não mencione diretamente uma piora na avaliação do Brasil, a S&P afirma que pretende manter a classificação dos emergentes. No caso do Brasil, a agência afirma esperar que o país consiga superar problemas macroeconômicos, como o alto índice de desemprego e a ameaça de inflação, além de promover uma melhoria da infra-estrutura e reformas nas leis trabalhistas.

Tudo é motivo

Além da análise da S&P, circulou pelo mercado o rumor de que o Tesouro não pretende recomprar C-Bonds, títulos da dívida brasileira. A reação foi imediata. Começou com forte alta do risco do país. A taxa calculada pelo JP Morgan chegou a 550 pontos (+11,5%), mas foi recuando. No fim da tarde, estava em 537 pontos — há poucas semanas, festejava-se o risco menor do que 400 pontos, lembram-se? Durou pouco.

Assim falou…*Luiz Inácio Lula da Silva*

2023 - www.conjur.com.br - Todos os direitos reservados.

“O governo já manifestou seu posicionamento em defesa da criação do Conselho Nacional de Justiça e do Conselho Nacional do Ministério Público. Conselhos (…) que tenham atribuições de planejamento e avaliação administrativa, desenvolvimento de planos que assegurem a autonomia, eficiência administrativa, orçamentária e financeira e o zelo pelo cumprimento dos deveres funcionais dos magistrados e membros do Ministério Público.”

Do presidente da República, defendendo, ontem, o controle externo do Judiciário

Assim respondeu… *Maurício Corrêa*

“A criação de um órgão desse gênero não vai responder à expectativa da sociedade brasileira, que deseja mais presteza e eficiência do Poder Judiciário. A sua adoção transformaria o Judiciário no único Poder da República que passaria a ter um órgão específico de fiscalização externa de suas atividades administrativas e financeiras”

Do presidente da Supremo Tribunal Federal, em mais uma polêmica pública com o presidente Lula, que já afirmou existir uma “caixa-preta” no Judiciário.

Risco zero

A alguns pode ter causado estranheza o fato de o Banco do Brasil conceder ao PT, o partido do presidente da República, um empréstimo de R$ 21 milhões. Ora, que banco — estatal ou privado, tanto faz –, não emprestaria dinheiro ao PT, a empresa que mais cresce no Brasil e com solvência garantida? O partido, é claro, não produz um parafuso, e sua política contribui para fechar as empresas que produzem. Mas põe no mercado produtos ideológicos com uma eficiência como raramente houve no Brasil. O Banco do Brasil, obviamente, tem de zelar pela carteira de clientes.

O PT, tudo indica, está longe de ser um mico. Ao contrário. Ainda que metade do Brasil vá à breca, o partido vai bem, obrigado. Descobriu a cornucópia. Filiado do partido que exerce função pública por nomeação ou eleição repassa uma parte do salário à legenda. É, obviamente, uma indecência, mas não há nenhuma ilegalidade nisso.

O salário é de quem o recebe. Faz com ele o que quiser, o que inclui dar uma fatia ao partido. Aí, resta à máquina partidária contratar mais e mais petistas, mecanismo esperto para criar uma zona cinzenta entre os recursos públicos que pagam os salários e o caixa partidário.

Date Created
03/02/2004

2023 - www.conjur.com.br - Todos os direitos reservados.